

MANDIOCA, PIMENTA, ALJÔFARES: TRÂNSITO CULTURAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS – NATURALIA & MIRABILIA

Eduardo França Paiva
Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL

Introdução

Ao final do século XVIII, completavam-se algumas centenas de anos que portugueses e brasileiros vinham mantendo intenso comércio e dinâmico trânsito cultural entre quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Durante esse período, houve inúmeras experiências no sentido de adaptar, em toda a extensão do Império Português, espécies vegetais e animais, costumes e cultura material de variada origem, o que, de certa forma, facilitava a construção de um ambiente semelhante em todas as áreas, simultaneamente múltiplo, diverso, mas portador de identidades singularizantes, talvez luso-brasileiro-tropicais. As trocas ocorreram rápida e fortemente e, em larga medida, com sucesso. Ao mesmo tempo, culturas se renovaram e se adaptaram, mas também se preservaram. Os responsáveis por esses processos – navegadores, exploradores, comerciantes, religiosos, autoridades, viajantes, naturalistas, índios, escravos africanos, contrabandistas, trabalhadores navais, entre outros – mediarão culturas por meio do tráfico da natureza e do maravilhoso, assim como, em alguns casos, ajudaram a montar verdadeiros laboratórios de adequação e de ajuste biológico e cultural. Enquanto tubérculos e leguminosas americanos invadiam terras africanas de costa a costa [vários tipos de amendoim e de mandioca, assim como técnicas de plantio, cultivo, extração e transformação e, ainda, instrumentos variados usados em todas essas etapas], malaguetas africanas, em caminho inverso, condimentavam alimentos na América portuguesa, redes tecidas por nativos do Brasil transportavam gente em Lisboa, pérolas e corais saíam do Oriente e maravilham brancas, mestiças e negras nas Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Mercado, comércio e cultura eram, então, faces da mesma moeda, que circulava intensamente, mais do que se imaginou até recentemente, em um mundo em processo de globalização, em um Império que criara inúmeros mecanismos de integração e de identificação.

Ambientação do Império

A globalização do mundo ou a mundialização só foi possível, a partir do século XVI, a partir do desenvolvimento técnico, das trocas materiais, do comércio, das

mediações e do trânsito culturais, dos intentos de tornar o mundo mais conhecido e, também, mais parecido, pelo menos em alguns aspectos. Claro que, partindo de projetos europeus para o resto do globo, a ser, na visão dos primeiros, conquistado e colonizado, esses aspectos que tornariam semelhantes regiões tão distintas, quase sempre foram, igualmente, europeus, marcados pelo catolicismo, pela pretensão civilizatória de acento latino em grande medida. Contudo, desde cedo, percebeu-se que essa via não era constituída de mão única, por assim dizer. Era necessário fazer circular tudo em dupla direção. Idas e, também, vindas, trocas, encontros, apropriações, adaptações, em uma só palavra, trânsito: sem se intensificar tudo isso o projeto de Império, o projeto de conquista e de colonização de extensas porções da terra estaria fadado ao fracasso. Já nessa época remota, aprendera-se por necessidade que os contatos entre culturas distintas não poderia seguir apenas a lógica da imposição do conquistador. Não devemos, portanto, hoje, emprestarmos uma falta de perspicácia e de sensibilidade a essa gente que, no passado, iniciou a mundialização a partir da descoberta do outro, do diferente e das diferenças culturais e materiais. É evidente que esses processos mesclaram acordos, negociações e conflitos, tanto entre os grupos que iniciavam ou que mantinham os contatos, quanto internamente a cada um deles. Isso marcou a aventura portuguesa na Ásia e na África, desde o século XV, ampliando sua dimensão e sua extensão a partir do século XVI, quando eles se instalaram definitivamente no novo continente recém-conquistado: a América.

Já durante o primeiro século de ocupação e de exploração das terras lusitanas no Novo Mundo um projeto pretendeu aproximar distâncias físicas, culturais e espirituais e foi levado a cabo por religiosos, sobretudo por jesuítas, em nome dos reis portugueses. Era necessário instalar, nas extensas regiões tropicais recém-ocupadas, porções do império divino e do império do rei. O domínio da natureza era, então, peça fundamental para o sucesso da empresa e os primeiros religiosos trataram de fazê-lo de maneira notável. Conhecer a natureza brasílica, intervir adaptando-a, modificando-a e explorando-a significou importante estratégia de, então, dotar os homens nativos, os que entrariam forçada ou livremente na região e os que passariam a nascer aí das letras que Pero Magalhães de Gândavo não identificara: F (fé), L (lei), R (rei). Essa célebre declaração atribuída ao cronista português já, provavelmente, povoava a fala cotidiana e o imaginário dos primeiros exploradores, assim como deve ter sido empregada por viajantes e comerciantes europeus que freqüentaram a África muçulmana e negra desde o século XV. De maneira muito semelhante, expressara-se, em 1549, o padre Manuel da

Nóbrega, um dos primeiros jesuítas a pisar em solo americano, “Aqui pocas palavras bastam pues todos es como papel em blanco...”.¹ Nas declarações o conteúdo e a intenção eram similares e, até mesmo, complementares. A idéia central é que nas terras conquistadas e entre os gentios e demais habitantes faltava o modo europeu ocidental: sobre o papel branco, se poderia escrever, portanto, com uma pluma de cristandade e de civilização. Em um caso e em outro, afluía o propósito de constituir-se uma extensão do império católico português na América, integrando-a ao restante do império espalhado pelos quatro continentes. Não resta dúvida que se tratou de projeto pouco altero, mas entre ele e a prática cotidiana, entre o elaborar-se e implementar-se, vai uma grande distância, o que demandou de todas as partes envolvidas, muito mais força para a imposição e capacidade para apropriar-se e/ou resistir. Na vivência cotidiana, práticas de sociabilidade, adaptações, apropriações, troca de experiências e de conhecimentos, estratégias de negociação e trânsito entre culturas parecem ter sido tão ou mais importantes que o intento de submeter o outro ou que a disposição de reagir contrariamente às ordens dos forasteiros.

No contexto colonial os diferentes movimentos, práticas e estratégias se mesclavam uns aos outros na realidade cotidiana, de modo que a análise individualizada deles é comprometedora, pois não se tratam de peças soltas e independentes de um plano social. Esse emaranhado histórico, entretanto, contou com projetos e formulações que podem, ainda que momentaneamente, ser tomados em separado. Um deles é o entendimento religioso da natureza e da ação do homem sobre a criação divina. O universo era uma criação de Deus, ampliado pelo engenho do homem europeu. “As descobertas eram o sinal de uma nova era. O homem conseguia contemplar a onipotência divina e sua criação na sua plenitude”.² Descobrir o universo de Deus e fazê-lo conhecido e uno, portanto, era função do filho mais preparado: o homem cristão e civilizado. Sua tarefa, também, era, em nome de Deus e do rei, catequizar e civilizar os irmãos menos afortunados, espalhados pelas terras do mundo. O intuito era, assim, conformar o *orbis christianus*, um novo império, cujo governo temporal era a pretensão de reis católicos, entre eles os de Portugal. Assim, junto com mercadores e pregadores, circularam *naturalia e mirabilia* entre conquistas lusitanas e entre elas e outros povos,

¹ NÓBREGA, Manuel da. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Coimbra Tipografia da Atlântica, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, carta 8, 1549. Citado por PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In: PRIORE, M. D. (org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996, p. 10.

entre oriente e ocidente, entre as regiões portuguesas e espanholas da América e dentre mesmo de cada uma. Grandes mediadores culturais nesse contexto histórico, os jesuítas se destacaram nessa empresa portuguesa espalhada pelo mundo em globalização. Muitas, para além do objeto palpável, a circulação se fazia com imagens e informações sobre a natureza de Deus e sobre a natureza alterada pelo homem. As cartas jesuíticas são pródigas em exemplos dessa natureza e em sugestões de experimentações possíveis e necessárias. José de Anchieta, célebre jesuíta que chegou ao Brasil em 1553 e que compôs a gramática tupi, mesmo que nos moldes da gramática latina, escreveu, em 1560:

*(...) Longe daqui, no sertão, para os lados do Peru, que dizem Nova Espanha, há ovelhas monteses, do tamanho de vaca, revestidas de lã branca e belas, das quais os unidos se servem, para levar e trazer cargas, como de jumentos. Um nosso Irmão, que naquelas partes andou muito tempo, afirma que as viu e comeu das suas carnes.*³

Já o padre Manuel da Nóbrega, informara antes, em 1549:

*(...) Há nelas (Terras do Brasil) diversas frutas, que comem os da terra, ainda que não sejam tão boas como as de lá, as quais também creio que se dariam cá, se se plantassem, Porque veio dar-se parras, uvas, e ainda duas vezes no ano; porém são poucas por causa das formigas, que fazem muito dano assim em isto, como em outras coisas. Cidras, laranjas, limões dão-se em muita abundância; e figos tão bons como os de lá. O mantimento comum da terra é um raiz de pau, que chamam mandioca, da qual fazem uma farinha, de que comemos todos. E da também milho, o qual misturado com a farinha faz-se um pão, que escusa o de trigo. Há muito pescado; e também muito marisco, de que se mantêm os da terra, e muita caça de matos, e gansos que criam os Índios. Bois, vacas, ovelhas, cabras e galinhas se dão também na terra, e ai deles muita cópia.*⁴

O maravilhoso foi descrito, algum tempo depois, no século XVII, por outro jesuíta, o padre Simão de Vasconcelos, que já escrevera impressionado pela metamorfose dos colibris no Brasil e agora recorria a uma erva tropical para tal

² ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 114.

³ ANCIETA, José de. Carta ao P. Diego Laynes, São Vicente, 31 de maio de 1560. Citado por ASSUNÇÃO, P. de. op. cit. p. 232.

⁴ NÓBREGA, P. Manuel da. Informação das Terras do Brasil do P. Manuel da Nóbrega. [Baia, agosto?, 1549]. Citado por ASSUNÇÃO, P. de. op. cit. p. 186/187.

descrição. O comentário, evocando o padre Vasconcelos, é de Sérgio Buarque de Holanda:

*Nenhuma dessas espécies pareceu, a princípio, tão extraordinária, quanto a erva que, se não repete o milagre da metamorfose dos colibris, era ainda mais maravilhosa, por mostrar-se capaz de vida ao mesmo tempo vegetativa e sensitiva. Vasconcelos descreve com sua ênfase barroca o maravilhoso dessa planta, imagem da castidade e pudicícia, pois que recebe escândalo de qualquer tocamento. Basta, exclama, “basta tocar-lhe na ponta de hum de seus ramos, pera que logo toda ella, e todos elles, como sentidos e agravados, desordenem a pompa de suas folhas, murchando-se de repente e quase vestindo-se de luto (quaes se ficarão mortos ou envergonhados) até que, passada a primeira cólera, torna em si a planta, estende de novo seus ramos, e tornão a ostentar sua pompa”.*⁵

Ainda mais tarde, em 1702, foi a vez de outro religioso, dessa vez um franciscano, o frei Antonio do Rosário, mais que informar sobre a natureza brasileira, escrever um tratado estranho e interessante sobre as frutas do Brasil. Para alguns, trata-se, talvez, do primeiro manifesto separatista e nacionalista, ainda que sob a forma de metáfora.⁶ Novamente, a natureza vigorosa, rica, diversificada e fértil do Brasil ocupa o primeiro plano da descrição. Em *Frutas do Brasil*, talvez por conta de intenções ocultas pelo recurso metafórico, a relação entre o império terrenal e a “monarquia espiritual” aparece de maneira bem mais estreita que anteriormente. A natureza continua sendo apresentada com divina: a flora e a fauna foram criadas por Deus para a descoberta, o desfrute e a exploração do homem; os homens podem, portanto, intervir nessa obra.

Para frei Rosário, o império português tornara-se mais rico e poderoso a partir das conquistas “que são as Indias, os Brasis, as Angolas, com que se enriquece a monarchia espiritual”⁷. Estado e Igreja se complementam e, evidentemente, se sustentam. A origem do Estado, em *Frutas do Brasil*, é, também, místico. Segundo o frei,

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

⁶ CRISTÓVÃO, Fernando. As frutas brasileiras e a sua significação oculta. In: PIMENTEL, Maria do Rosário. (coord.) *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 283-296.

⁷ ROSÁRIO, Frei Antonio do. *Frutas do Brasil numa nova, e assetica Monarchia, consagrada à Santissima Senhora do Rosário, o menor dos Menores da Seráfica Família de S. Antonio do Brasil, & Missionário do dito Estado; mandando-a imprimir o Comissário Geral da Cavallaria de Pernambuco Simam Ribeyro Riba*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, p. 12.

A senhora do Rosario, diz a Igreja, também compoz o livro do mundo com o divino Compositor: Quid est mundus? Est liber divinitatis: O mundo que he? Hum livro da divindade, obra da divina onipotência, disse o grande Antonio do Egypto. No primeiro tomo do livro do mundo debuxou a Senhora o seu Rosario em flores: no segundo tomo do mundo, que he o Brasil, estampou o Rosario em frutos, para se cumprir o que diz por Salamão nos Cantares: Fulcite me floribus, stipate me malis. Quis a Senhora que o seu santissimo Rosario fosse florido, & frutifero, tivesse das flores o agrado, & dos frutos a utilidade; por isso na Europa em rosas, & na America em frutos. (...) por isso fez no Ananás aquelle sublime fruto da terra, que profetizou Isaias: Fructus terrae sublimis; para que na suavidade do gosto representasse os mysterios gozosos, nos espinhos os dolorosos, na sublime, & magestosa forma, & estatura os gloriosos: Fructus terrae sublimis.”⁸

O ananás do Brasil era, então, o rei dos pomos, com “aparato Real, de coroa, cetro, purpura” e o soberano dos frutos tinha origem na natureza paradisíaca dessa parte do império português. E, continuando seu discurso sobre a natureza brasílica, sublinhava o frei:

Flores apparuerunt in terra nostra, tempus putationis advenit, diz Salamão: não são assim os frutos, durão mais que as flores: as flores não passam de meninas a velhas; os frutos são novos & velhos, como diz a Esposa dos Cantares, In portis nostris amnia poma nova, & vetera: as flores logo murchão, as frutas de guarda durão todo o anno; & como a virtude da benção de Deos he fazer crescer, & multiplicar, permanecer, & durar os frutos que crescem, & multiplicão, os frutos que são mais firmes, & constantes que as flores, he que levarão e benção; & as flores ficarão sem benção pela fragilidade, & inconstancia da sua natureza; & se os frutos são mais excellentes que as flores, mais abençoados de Deos, mais ditosos, & úteis que as flores, mais excellente he logo o Rosário em fruto, do que em flor...⁹

Os “Brasis” aparecem como o mais importante dos frutos do império. E se o rei era um nativo, a rainha, por outro lado, vinha de outras plagas. Frei Antonio do Rosario considerava a cana-de-açúcar a “rainha de todas as frutas dessa América”¹⁰, que reinava “nesse vasto e doce Império do Brasil”¹¹, sem esclarecer, entretanto, que a planta não tinha origem americana. Seria esse um indício de que a natureza já se encontrava

⁸ ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 17/19.

⁹ ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 24-25.

¹⁰ ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 49.

¹¹ ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 47.

demasiadamente reambientada tanto na realidade vivenciada, quanto no imaginário colonial do final do século XVII e do início do século XVIII? Insistindo na dimensão do império e fazendo insinuações relativas à separação da América portuguesa, o franciscano continuava sua narrativa sobre a rainha: “a cana do Brasil”¹², “esta planta do novo mundo do Brasil, pelo seu tão rico, & estimado fruto, justamente esta Rainha das frutas pelo seu precioso sabor, he a Rainha de Sabá, que está sempre entrando no Reyno de Portugal com os seus effeitos...”¹³. E ordenava em seguida: “... faça os favores, que merecem os tão fieis, & leaes Vassallos, que trabalham no serviço desta Rainha, depois de perderem as vidas, & as fazendas na defesa, & restauração do grande imperio da Senhora D. Cana, legitima Rainha das frutas desta America.”¹⁴.

Entre os séculos XVI e XVIII a natureza do vasto império português parece ter sido transformada em matéria básica para um grande laboratório de experimentação e para inúmeras experiências de ambientação, que envolveram flora, fauna e, também, gente, como os africanos negros no Brasil. Religiosos desempenharam perfeitamente sua tarefa de dar suporte a esse projeto do Estado português. Mas não foram os únicos. Inúmeros e verdadeiros mediadores culturais se transformaram em agentes que fomentaram o trânsito daqueles elementos e, evidentemente, de culturas, de práticas, de conhecimentos técnicos, de instrumentos de trabalho, de tratados e de protótipos.

De lá pra cá, daqui pra lá: trânsito material, novas identidades

Luiz Felipe de Alencastro, em seu *O trato dos viventes*¹⁵, fala da “unificação microbiana do mundo”, nos lembrando que a partir do século XV e das conquistas ibéricas, doenças, bactérias e processos de imunização conheceram novas trajetórias, mais ampliadas e mais intensas, comparadas aos tempos anteriores. Essa, na verdade, era uma das várias facetas da mundialização¹⁶ em curso, mais uma dimensão desse fenômeno social, que foi, ao mesmo tempo, econômico, político, cultural. Charles Boxer já havia indicado essa dimensão globalizante, elemento fundamental para se

¹² ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 50.

¹³ ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 51.

¹⁴ ROSARIO, Frei Antonio do. op. cit. p. 52.

¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes; formação do Brasil no Atlântico sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁶ Discuti os conceitos de mundialização e de globalização no período colonial em PAIVA, Eduardo França. Africanos na América portuguesa, trânsito entre mundos e práticas de anti-globalização, apresentado no *V Coloquio Passeurs Culturels – Las cuatro partes del mundo; passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización em el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*, realizado em Lima, Peru, em 2002, cujas atas estão no prelo.

entender a história da humanidade a partir do século XV.¹⁷ Nesse sentido, muito de *naturalia* e *mirabilia* e, também, de *monstrosa* circulou pelos quatro cantos do mundo. Na verdade, mais que circulou. Tudo isso transitou e recebeu, em cada ambiente cultural e em cada tempo, novos significados e usos. Aqui, me interessa identificar algumas dessas trocas e adaptações vinculadas às duas primeiras categorias, ocorridas, principalmente, entre a América, a África e o Oriente.

Paulo Assunção, em seu *A terra dos brasis*, sublinha que

A descoberta de novas terras levava a inferir sobre diferentes culturas, novas espécies de animais e plantas e novas técnicas de cultivo e caça. A circulação cultural pressupunha também uma circulação dos produtos do mundo natural. A flora e a fauna universalizaram-se pelo mercantilismo vigente, e a viabilidade de uma dieta mais farta e variada desponha num [citando BARRETO] "sistema de trocas ao nível das frutas com deslocação da melancia, da abóbora, da banana, de África para o Brasil e do caju, do maracujá, etc., do Brasil para África".¹⁸

Não foram apenas essas frutas que circularam entre os continentes. Houve muito mais e, juntamente com elas, estiveram técnicas de cultivo e de transformação, instrumentos, medicamentos e especialistas. Isso tudo acabou concorrendo para o fato de, desde muito cedo, a flora trazida de partes muito distantes serem tomadas como espécies nativas da América, o que deve ter sido verdade também no sentido contrário. Segundo Márcia Moisés Ribeiro, por exemplo, o coqueiro teria chegado ao Brasil por volta de 1553, a bordo de embarcação proveniente de Cabo Verde, mas que vinha antes do leste asiático.¹⁹ As ilhas atlânticas de Cabo Verde, Madeira e, principalmente, de São Tomé haviam se tornado grandes laboratórios culturais e biológicos, que dariam suporte fundamental para a colonização lusa das terras novas, do outro lado do Oceano. Alencastro, novamente me recorrendo a ele, diz sobre isso:

Todas as carreiras que cruzavam a área lançavam âncora em São Tomé, ocupada em 1484 para respaldar a rota da Índia e as feitorias da Guiné. Dois vínculos uniam a ilha e o continente, São Jorge da Mina e o porto de Pinda, na foz do Congo. Transplantada do Mediterrâneo e do Algarve para a Madeira, as Canárias e Cabo Verde, a sociedade escravista açucareira conhece em São Tomé uma etapa decisiva de adaptação no

¹⁷ BOXER, Charles R. *A Índia portuguesa em meados do séc. XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982 e BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁸ ASSUNÇÃO, P. de. op. cit. p. 180. Ver, também, BARRETO, Luiz Felipe. *Os descobrimentos e a Ordem do Saber*. Lisboa: Gradiva, 1987, p. 16.

¹⁹ Ver RIBEIRO, Márcia Moisés. *Minha terra tem palmeiras ... da Índia! Nossa História*. Biblioteca Nacional, n. 3, p. 84-87, 2004, p. 84.

ultramar. Antes ainda de 1500 – quando o Brasil nem estava no mapa –, plantas, culturas, técnicas agrícolas, gado miúdo e grosso europeu, moradores brancos e mulatos haviam se aclimatado ao meio ambiente tropical das paragens. No início do século XVI, entusiasmado com o avanço da economia açucareira madeirense, Valentim Fernandes pensava que São Tomé seria como a Madeira do Quatrocentos. Na verdade, São Tomé será no Quinhentos como o Brasil luso-africano do Seiscentos. Em todo caso, o complexo madeirense e são-tomense configura um vetor próprio de ampliação e adaptação da presença portuguesa na América. Nessa ordem de idéias, o longo século XVI constitui o período privilegiado de um luso-tropicalismo atlântico que se desfaz já no final do Seiscentos sob o efeito do luso-brasileirismo...²⁰

Entre a Índia e a América portuguesa, do século XVI ao XVIII, muito do que transitava parou por algum tempo no ponto de apoio das ilhas atlânticas africanas. Na direção leste-oeste vieram, além dos frutos já mencionados antes, mangas, jacas, canela, carambolas, tamarindos, arroz, café, mas, também, os que chegaram da Ásia depois de adaptados na Europa, como os cítricos ou “árvores de espinho” como se dizia naquela época, tão comuns nos quintais e pomares e tão descritos nos testamentos setecentistas das Minas Gerais, por exemplo.²¹ Entre a *mirabilia*, ainda no sentido leste-oeste, deslocou-se muito coral, contas vermelhas, laca, pérolas, aljôfares (pequenas pérolas). Descrições impressionantes sobre esses itens e sobre o comércio que se fazia deles no início do século XVI aparecem no *LIVRO DO QUE VIU E OUVIU NO ORIENTE DUARTE BARBOSA*.²² Vejamos alguns desses testemunhos dos primeiros anos do século XVI, que são válidos para se dimensionar o comércio e o trânsito de *naturalia* e *mirabilia* durante todo o Quinhentos e o Seiscentos.

A cidade de Adém [península arábica, na costa do Golfo de Adem ou Omã, diante da África] - Saindo assim deste mar Roxo [Mar Vermelho] contra Babelmândebe, que é o mais estreito lugar que nele há, que é por onde todas as naus, por força, hão mesmo de passar, entram logo em o mar largo de Adém. De longo da costa vão alguns lugares de mouros que são mesmo do reino de Adém, e, passando os ditos lugares, chegam à populosa

²⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit. p. 64.

²¹ Sobre esses testamentos e algumas descrições dos quintais coloniais ver PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

²² *LIVRO DO QUE VIU E OUVIU NO ORIENTE DUARTE BARBOSA*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. (A primeira edição portuguesa deste livro foi uma iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa, na coleção Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas - tomo II, n. VII, Lisboa, 1813. Na “prefação” dessa edição diz-se que Duarte Barbosa tinha nascido em Lisboa e que fizera largas viagens pelo Oriente. O livro, na verdade, já estava pronto em 1516 e foi publicado pela primeira vez em italiano, na coletânea organizada por Giovanni Battista Ramusio, intitulada *Navigationi et viaggi* – 3ª edição, p. 288-323, Veneza, 1563).

cidade de Adém, que é de mouros. Tem mesmo rei sobre si. (...) Ao qual porto de Adém vêm muitas naus de todas as partes, principalmente de Judá, donde lhe trazem muito cobre, azougue [DICIONÁRIO... MORAES SILVA - "mercúrio: no estado natural se dia azougue vivo"], vermelhão [DICIONÁRIO... MORAES SILVA - "mineral de cor vermelha aceza. A mesma tinta artificial feita de azougue, e enxofre.], coral, muitos panos de lã e de seda. Daqui mesmo levam, o retorno, muita especiaria e drogarias, panos de algodão e outras mercadorias. (...) Vem tanta soma de naus de Cambaia [na Índia, próximo a Goa e a Bombain], carregadas de algodão, que é coisa espantosa; trazem muita drogaria, pedraria, muito aljôfar, muita alaquecas.²³ [DICIONÁRIO... MORAES SILVA - "pedraria de alaquecas de que se fazem brincos. Duarte Barbosa f. 279. 'pedra d'alaqueca', talvez as coralinas, ou cornalinas, de que se fazem brincos para orelhas, pescoço, e braços: o autor diz que é branca, ou vermelha, e no fogo se faz mais vermelha."]

Mais à frente Duarte Barbosa continuava seu relato, agora sobre a famosa cidade de Ormuz, tomada pelos portugueses em 1507 e cedida a persa e ingleses em 1622. Segundo o autor seiscentista,

A formosa cidade de Ormuz - Saindo assim deste mar [mar Persiano] e estreito está, mesmo em a boca dele, uma ilha que não é muito grande, em que mesmo está a cidade de Ormuz. (...) Em a qual cidade há muitos e muito grandes mercadores e muitas naus grandes. Tem muito bom porto. Aqui se tratam muitas sortes de mercadorias que de muitas partes vêm. Daqui mesmo as trocam para muitas partes da Índia. (...) Trazem aqui todas sortes de especiarias, de muitas maneiras, a saber, pimenta, cravo, canela, gengibre, cardamomo, muita áquila, sândalo, brasil, mirobálanos, tamarinhas, açafão-índio, cera, ferro, açúcar e muito arroz, cocos, fora a muita soma de pedraria e muitas pérolas, porcelanas, beijoim. De maneira que em todas estas mercadorias se ganha muito dinheiro. Também vem muita soma de panos de Cambaia, de Chaul e Dabul, e, de Bengala, lhe trazem muitos sinabafos e chautares, que são sortes de panos muito delgados de algodão (...). Também da cidade de Adém trazem a Ormuz muito cobre e azougue, vermelhão, muita água-rosada, muitos panos de brocado, tafetás, chamalotes comuns. Isso mesmo, vem a esta cidade de Ormuz muita quantidade de seda do xeque Ismael e muito almíscar muito fino e muito ruibarbo; de Babilônia vêm aqui muitas esmeraldas e azul da cor; de Barém e Julfar, muito aljôfar e pérolas grandes. Isso mesmo, vem muita soma de cavalos da Arábia e Pérsia que, mesmo desta cidade, levam caminho da Índia, onde valem muito dinheiro (...) As naus que

²³ LIVRO DO QUE VIU E OUVIU NO ORIENTE DUARTE BARBOSA. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 15-17.

estes cavalos levam, levam muitas tâmaras, passas, sal, enxofre, muito aljôfar grosso, com que os índios de Narsinga muito folgam.²⁴

Sobre as pérolas e aljôfares ele explica:

Título das pérolas e aljôfar miúdo que se vende em a cidade de Calecut - As pérolas grossas nascem em o mar da Pérsia em um lugar ou junto com ele que chamam Barém, que é uma ilha, e outra que chamam Julfar; são do rei de Ormuz. Pescam-se estas pérolas e aljôfar no mar, em dez doze braças; mouros que mergulham tiram ostras em que o acham. Dali o trazem a Ormuz e de Ormuz à Índia os mercadores que vêm vender cavalos para o reino de Narsinga e do reino de Daquem. Este aljôfar e pérolas valem em terra do Malabar estes preços que adiante são escritos. Os chatins do Malabar os compram aos de Ormuz para depois os venderem aos do reino de Narsinga e aos Portugueses.

. Título do que vale em Calecut e terra do Malabar o aljôfar miúdo e grosso - Haveis de saber que o melhor aljôfar do mundo se pesca em a ilha de Ceilão e Cael, a qual terra é do rei de Coulão. (...) Este aljôfar, sendo de quilate para cima chamamos pérolas; valem mesmo estes preços como o de Ormuz, posto que seja mais perfeito, porque não dura tanto como o de Ormuz; envelhece mais asinha. Dali pra baixo se vende por uma conta que os chatins do Malabar chamam china.²⁵

E sobre Cambaia, na Índia, dizia Duarte Barbosa:

A formosa cidade de Cambaia - Entrando por Guindarim, que é mesmo pelo rio dentro está a muito grande cidade de Cambaia, a qual cidade é povoado de mouros e gentios. (...) Nela há muitos oficiais de ofícios mecânicos, de muito subteis obras de muitas maneiras, assim como em Flandres. (...) Aqui mesmo se fazem muitos bons panos de algodão, brancos, muito delgados e grossos, e outros pintados em forma; isso mesmo, muitos panos de seda, muitos veludos baixos pintados, muitos cetins aveludados, e tafetás e muitas alcatifas grossas. Os mesmos naturais desta cidade são quase brancos, assim homens como mulheres. (...) Nesta mesma cidade se gasta muito grande soma de marfim em obras muito subteis, marchetadas, e em outras muitas obras de torno, em manilhas, em cabos de adagas, e em traçados, em jogos de xadrez em távolas. Aqui há muito grandes torneiros que fazem muitos leitões de torno de marfim e de muito grandes obras. Aqui se fazem contas de muitas maneiras: pretas, amarelas, azuis, vermelhas e de outras muitas cores que mesmo daqui levam para muitas partes. Aqui

²⁴ LIVRO DO QUE VIU E OUVIU... op. cit. p. 26-27.

²⁵ LIVRO DO QUE VIU E OUVIU... op. cit. p. 158-159.

há muito grandes lapidários e falsificadores de pedraria, e pérolas de muitas sortes, falsas, que parecem naturais. Aqui [há] muitos e bons ourives de muito subtis obras. Nesta cidade se fazem muito formosas colchas e déus de camas de muito subtis labores e pinturas e muitas roupas de vestir, alcochoadas. Isso mesmo há muitas mouras lavradeiras de muitos labores e outras obras muito subtis. De maneira que nesta cidade há muito grandes oficiais de obras muito subtis. Também se lavra muito coral e muitas alaquecas e toda outra pedraria.²⁶

Todos esses itens, como se pode perceber pelos relatos, já eram alvo do comércio por terra e por mar entre os povos orientais, e entre eles e, por exemplo, os venezianos, antes da entrada dos portugueses no lucrativo negócio. Quando os mercadores portugueses conquistam regiões e rotas comerciais, toda essa mercadoria começou a transitar, também, por novas direções e ser incorporada aos costumes de outros povos que, até então, não conheciam boa parte dela ou muito dificilmente tinham acesso a ela. Os portugueses negociaram intensamente por terra e mar e levaram tudo o que podiam para Lisboa, que se tornou um grande empório internacional já no século XVI.²⁷ Contudo, ao mesmo tempo, negociaram no Oriente e introduziram muito do que lá compravam em regiões da África negra, inicialmente, via Sofala, em Moçambique e São Jorge da Mina, o castelo erguido no Golfo da Guiné, em 1482. Contas vermelhas, corais, cobre e tecidos, por exemplo, passaram a integrar os hábitos cotidianos e de corte nessas regiões, a partir dos negócios realizados com os portugueses.²⁸ Mais tarde, foi a vez das ilhas atlânticas africanas serem tomadas como espaços de experimentação e de aclimação, sobretudo para as espécies naturais que deveriam ser reproduzidas na América portuguesa e que foram introduzidas ali, talvez, em uma fase de adaptação entre o extremo Oriente e as terras tropicais da América. Aliás, sublinhe-se, terras que, já ao final do século XVI, tornavam-se cada vez mais importantes, chegando a desbancar o interesse e os investimentos portugueses na Índia e na China.

Ainda de leste para oeste, mas agora pensando da África para o Brasil, houve trânsito intenso de itens os mais variados. Natureza e maravilha saíram também de lá para conformar o universo cultural da América portuguesa. Novamente, no processo de ambientação imperial, a flora teve papel importante. Do continente negro veio para o

²⁶ *LIVRO DO QUE VIU E OUVIU...* op. cit. p. 45-47.

²⁷ Ver sobre o tema ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit.

²⁸ Ver sobre o tema ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit.; BLIER, Suzanne Preston. *L'Art Royal Africain*. (trad.) Paris: Flammarion, 1998; BOXER, Charles R. *A Índia...* op. cit.; BOXER, Charles R. *O*

Brasil e aí se adaptou muito bem o quiabo, assim como o inhame, alguns tipos de banana e a pimenta chamada de malagueta. Todas esses vegetais se incorporaram profundamente ao cardápio e ao gosto cotidiano dos brasileiros, se generalizando entre a população da mais diversa origem. Pratos típicos da culinária regional brasileira, alguns entre os mais célebres e apreciados, não poderiam existir hoje sem que esses itens tivessem, no passado, sido introduzidos no país. Um exemplo espetacular é a mias mineira das receitas: frango caipira com quiabo. Raríssimos são os incontáveis apreciadores da iguaria que, diante do prato, geralmente re-temperado com pimenta malagueta, não o identificassem como nativo, genuinamente mineiro/brasileiro. Ainda mais raro seria alguém que identificasse ali um resultado, dos mais saborosos, é bem verdade, desses processos de trânsito cultural, de mobilidade e de experimentação da *naturalia*.

Sementes e mudas de árvores ornamentais e ervas medicinais também integraram o conjunto importado. O clima e a vegetação semelhantes entre as terras de ambos os lados do Atlântico facilitaram bastante todo o trânsito. Nesse caso a *naturalia* imperial já de origem era bem próxima e, de certa forma, auxiliava Estado e Igreja no projeto de unificação ambiental. Como nos lembra Gilberto Freyre, escravos africanos em Pernambuco e na Bahia seiscentistas, acabavam se alimentando de maneira mais adequada e mais rica que seus senhores europeus, pouco apreciadores dos produtos nativos.²⁹ Isso se deveu ao fato de vegetais africanos serem implantados com sucesso no Brasil e, presumo, ao fato de os escravos africanos explorarem o meio ambiente brasileiro, talvez por conhecerem bem a vegetação semelhante à encontrada nas terras de origem.

A *mirabilia* africana também entrou na América portuguesa, assim como transitou pelas quatro partes do mundo. Marfins, âmbar, corais azuis da Costa da Mina, estatuetas, máscaras, utensílios, adornos e ornamentos fundidos em cobre e ferro, além de técnicas de fundição de ouro e ferro há séculos dominadas por povos de várias procedências, viajaram na direção oeste. Em outros casos, dadas as semelhanças geológicas entre as terras que já haviam sido uma única extensão, milhões de anos antes, foi possível reproduzir no Brasil conhecimentos e usos de material orgânico e de minerais, como ocorria em várias regiões africanas. De técnicas de mineração e de

império... op. cit.; LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec/Ed. UNICAMP, 2000; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão...* op. cit.

²⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 27 ed. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 33-48.

faiscação, aos pequenos fornos de fundição, à fabricação de corantes e de medicamentos e à produção artística, tudo migrou junto com levadas enormes de africanos escravizados e a partir das experiências desenvolvidas no continente negro.³⁰ Não é de todo impossível, por exemplo, que técnicas, técnicos, instrumentos e mesmo peças esculpidas em pedra sabão, tudo proveniente de regiões de população negra, tenham entrado no Brasil.³¹ Nesse caso, uma vez comprovada essa hipótese, isso ajudaria bastante a se repensar a participação da mão e da técnica africanas nos célebres *ateliês* e oficinas barrocos e rococós das Minas Gerais do século XVIII.

Mas de toda a *mirabilia* africana ou africanizada os corais, certamente, ocupavam lugar destacado. Os portugueses parecem ter sido os grandes responsáveis pela entrada e difusão dos corais vermelhos no Golfo da Guiné e, principalmente, na região do Benim. Suzanne Blier diz sobre o uso dos corais nessa região:

Une seconde série, généralement datée de la fin du XVIe jusqu'au milieu du XVIIIe siècle, est exclusivement consacrée aux monarques du pays. Elle se distingue des précédentes non seulement par une taille plus grande et un métal plus épais, mais aussi par des cours plus larges et une couverture de perles de corail plus légère. Le corail, provenant de la mer Méditerranée, était un élément important des costumes royaux du Bénin et on croyait qu'il aidait les paroles du roi à se réaliser. Historiquement, au Bénin, ces perles étaient enfilées ensemble sur un poil de queue d'éléphant, animal étroitement associé à la royauté et à la force.³²

Mais à frente, a autora completa as informações sobre o uso ritual dos corais na região do Benim, desde o século XV.

Ces aquamaniles em forme de léopard ont été certainement modèles d'après des prototypes européens. La chronique rapporte qu'ils étaient en bonne place sur l'autel du palais dédié au défunt roi Éwuaré. Lors de la cérémonie annuelle du Carail, toutes les personnes du royaume à qui l'on avait accordé une perle de corail, en signe d'allégeance, étaient

³⁰ Ver sobre os temas: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit.; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002; FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001; PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (orgs.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2003, p. 187-207.

³¹ Sobre o tema ver COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Histoire des Villes d'Afrique noire: des origines à la colonisation*. Paris: Albim Michel, 1993, p. 77.

³² BLIER, Suzanne Preston. op. cit., p. 47.

tênués de revenir au palais pour la sanctifier à l'autel du roi. Ce rite avait pour but de renouveler les liens sacrés et politiques du Bénin, mais il commémorait aussi l'acquisition des premières perles de corail auprès d'Olokun [dieu de la Santé et de la Mer] – et le commerce naissant avec l'Europe.³³

O uso e o gosto pelos corais vermelhos e os azuis, tão difundidos no Benim e em outras regiões africanas foi transplantado para o Brasil, junto com os incontáveis cativos oriundos dessas mesmas regiões que, do outro lado do Oceano, ajudaram cotidianamente a constituir o diverso, plural e dinâmico universo cultural brasileiro. Colares e voltas de corais tornaram-se, assim, ornamentos/amuletos/objetos rituais e de memória muito comuns em Pernambuco e na Bahia do Seiscentos e nas Minas, no Rio de Janeiro e nas áreas urbanizadas do Brasil no século XVIII. Embora não se tratassem dos mesmo ritos e usos de origem, no Brasil eles continuaram sendo tributários dos costumes e celebrações existentes no Benim e em outras regiões do Golfo da Guiné. A profusão de corais “engrãzados em ouro” nos testamentos das negras, crioulas e mestiças forras setecentistas, nas Minas Gerais, pode explicar-se pelo misto entre manutenção de costumes do Benim, iorubas, akan e mesmo islâmicos e pelas adaptações ocorridas nas regiões brasileiras ao longo do tempo. Repetir na América portuguesa, mesmo que imbuído de novos valores, rituais presentes na festa anual dos corais realizada no Benim ou, genericamente, na Mina, pode ter sido uma prática adotada por várias africanas e por seus descendentes. De forma similar, usaram nas terras americanas símbolos distintivos e simbólicos exclusivos dos soberanos africanos e de suas cortes, que na terra de origem estariam interditados a grande parte delas: isso pode, também, ter ocorrido em vários casos. O fato é que, ainda no século XVIII, corais, aljôfares e âmbar continuavam sendo elementos de grande consumo e de enorme admiração ente africanos e seus descendentes no Brasil.³⁴

O trânsito de *naturalia* e de *mirabilia* ocorreu, também, no sentido contrário, na direção oeste-leste, ajudando a constituir a ambientação globalizante no império português. Mas, antes disso, o imaginário e as imagens relativos ao Novo Mundo já invadira o mundo europeu e as representações renascentistas, por exemplo, do paraíso, é importante sublinhar. Eddy Stols, em conferência pronunciada em janeiro de 2002, na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, falava sobre a invasão das aves tropicais e coloridas do Novo Mundo, sobretudo periquitos e araras, nas imagens

³³ BLIER, Suzanne Preston. op. cit., p. 55.

renascentistas, seja do Édem, seja, genericamente, nas paisagens de bosques, jardins, campos. O mundo velho ficava mais colorido e exótico a partir da apropriação da natureza das novas conquistas e a *mirabilia* tomava, então, novas feições, contornos, cores, odores, gostos e significados. Algumas cidades europeias se transformaram em pólos irradiadores desse novo imaginário e, também, de objetos e de produtos provenientes desse mundo recém-conhecido. Lisboa, como já sublinhei, foi um desses empórios importantes do trânsito cultural e material do mundo em globalização. De maneira similar se afirmaram Sevilha, Nantes, Liverpool, Amsterdam, Antuérpia, cidades portuárias e, quase sempre, escravistas.³⁵

Com o passar dos tempos, no entanto, natureza e maravilhas da América e, principalmente, da América portuguesa começaram a aparecer além dos portos europeus. Houve introdução na África de plantas, de objetos, de costumes nativos do Novo Mundo ou aí adaptados, em uma espécie de contra-movimento, relativamente ao que ocorrera no primeiro século de ocupação portuguesa nas novas terras. Na Ásia, isso tendeu a ser bem menos intenso, pois no decorrer dos séculos XVI e XVII, ao passo que o Brasil ganhava importância no império luso, o Oriente perdia, e muitas praças portuguesas acabaram sendo conquistadas por outras potências europeias. Isso, entretanto, não se repetiu na África, pelo menos não de maneira tão avassaladora, o que fomentou o trânsito no sentido oeste-leste. Talvez tenha sido a mandioca o elemento americano de apropriação mais sólida entre os habitantes da África negra. Mas, certamente, não foi o único e, novamente, os jesuítas, agora na direção oposta, se encarregaram de fomentar e de sistematizar as transferências de *naturalia* e *mirabilia*. Evoquemos, outra vez, o estudo de Luiz Felipe Alencastro, sobretudo para o que se refere a Angola do século XVII. Segundo o autor:

Da mesma forma que ajudaram a transplantar vegetais asiáticos para o Brasil, os jesuítas criaram nos seus quintais e em suas fazendas angolanas pólos difusores de vegetais europeus, asiáticos e americanos na África Central. O cultivo – nas vizinhanças dos portos angolanos e das redes interioranas de tráfico – de plantas da Índia (limão), da China (laranja), de outras regiões africanas (banana) e da América tropical (mandioca, milho, batata, feijão, amendoim, abacaxi, mamão, goiaba, pitanga, araçá, este qualificado na Angola seiscentista pelo vocabulário tupi como mirin ou Açú, conforme seu tamanho) terá contribuído para diminuir a mortalidade dos

³⁴ Sobre o tema ver PAIVA, Eduardo França. *Escravidão ...* op. cit.

³⁵ Ver STOLS, Eddy. Flamengos, holandeses e a sua aprendizagem na escravidão, séculos XVI e XVII. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (orgs.) op. cit.

cativos, consolidando o negócio negreiro. No vale do Bengo, a sete léguas de Luanda, uma fazenda da Companhia de Jesus cultivava, nos anos 1630, bananas, abacaxis, milho, sorgo, feijão ncanza, mostarda, laranjas, limões, cidras e "muita farinha de guerra" (mandioca). Três décadas mais tarde, Cavazzi escrevia que o milho era o grão "mais comum e melhor" da África Central. O ncanza, feijão vermelho e branco de origem brasileira, também conhecido como lucanza lua Brasil (feijão do Brasil), parece ter sido plantado em menor escala. Mas Cadornega menciona um prato luandense, a "moamba", bastante apreciado pelos angolistas e portugueses e bem parecido com a feijoada brasileira.³⁶

Assim como ocorrera no Brasil, indicação de frei Antonio do Rosário quando falava da cana-de-açúcar, a mandioca, a farinha feita a partir dela e o milho, já no século XVII, podem ter sido tomados por produtos nativos de Angola e, generalizando um pouco mais, da África. Nesse caso, vegetais semelhantes ou da mesma família, naturais do continente africano, podem ter auxiliado ainda mais na reambientação em curso.³⁷ O fato de se cultivar uma espécie de milho desde o século IX em algumas regiões da África sub-saariana pode explicar, talvez, o uso tão comum do fubá e de derivados dele entre os escravos no Brasil. É bem provável que o angu, por exemplo, já fosse consumido pelos africanos, antes da escravidão moderna surgir sistematicamente, no século XVI, no Brasil. Fubá, mungunzá, canjica, como lembra Luiz Felipe de Alencastro, são termos que têm origem no quimbundo, língua da região angolana.³⁸ Isso, contudo, não impediu que o milho americano fosse introduzido na África e que se transformasse em produto comum, gerando novos subprodutos, usos e rituais. No final, é esse movimento constante de produções, manutenções e adaptações, tudo, por vezes, ao mesmo tempo, que define as culturas, o trânsito e as trocas entre elas. O projeto de ambientação do império luso, levado a cabo pelo Estado, por religiosos e por uma infinidade de mediadores culturais que transitaram de um dado a outro das possessões, do Oriente ao Ocidente e vice-versa, favoreceu todo esse movimento. Em larga medida, sobretudo no que tange à América portuguesa e à África, a empresa foi vitoriosa e conseguiu, assim, por exemplo, facilitar a transferência de milhões de africanos escravizados na direção oeste, cruzando o Oceano Atlântico. E mais, conseguiu fazer com que esses mesmos escravos, assim como muito de seus proprietários pudessem se

³⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit. p. 93.

³⁷ COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança; a África antes dos portugueses*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 299, fala de uma espécie de milho miúdo cultivado na região do império Mali, já no século IX.

adaptar melhor nas terras do Novo Mundo, construindo aí uma sociedade multifacetada, plural, diversa, híbrida e impermeável, que se transformou, já no século XVIII, em uma das mais ricas e mais importantes do globo. A constituição da sociedade colonial brasileira, na sua extensão e na sua diversidade, é tributária da aventura de experimentação ocorrida, sobretudo, entre os séculos XVI e XVIII. A construção de uma certa identidade ambiental, tentando universalizar natureza e maravilha contribuiu bastante para intensificar o processo de globalização já iniciado naquela altura, revelando ao mundo, por um lado, toda a sua própria diversidade e as peculiaridades de cada região e, por outro lado, a potencialidade humana de intervir na natureza, criação divina, como pregavam os jesuítas. A obra de Deus precisava ser conhecida em toda a sua extensão e o império português tornava-se, assim, um elemento basilar para o sucesso dessa empreitada.

Considerações finais

O que teriam em comum idéias tão aparentemente distintas – em sua historicidade e em seu propósito – tais como o quito império, do padre Antonio Vieira; a civilização tropical de Gilberto Freyre, construída sobre a miscibilidade e a adaptabilidade portuguesas; a “edenização” do Brasil, via Sérgio Buarque de Holanda; as monarquias católicas de Serge Gruzinski? Talvez exista entre elas algo que insista na inevitável globalização, nas mediações culturais e no trânsito intenso de *naturalia* e *mirabilia* que, literalmente, mudou o mundo a partir do século XV. Em todas se fazem presentes um território dilatado, uma movimentação incessante e uma diversidade vital. Em todas, há um esforço de compreensão sistemática desse universo rebelde ou, quem sabe, uma tentativa de sistematização dele, aproximando-as, ainda mais, ao projeto lusitano de um império global de traços e de identidades comuns, sem perder sua pluralidade, fator capital de sua existência, elemento imprescindível às populações que o compunham. Aljôfares para ornar, mandioca para dar sustento e pimenta para aguçar os sentidos: eis alguns dos pilares desse processo de hibridação cultural, que fez transitar em todas as direções *naturalia*, *mirabilia* e *monstrousa*. O Brasil teve lugar destacado nesse quadro. Exportou e sorveu culturas muito distintas, produziu culturas novas e reinventou antigas. A experiência lusa no Brasil e a experiência dos próprios brasileiros acabaram apresentando resultados que deram novas feições ao mundo. Além do mais, essas experiências transformaram a América portuguesa em uma espécie de grande gabinete

³⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit. p. 95.

de curiosidades, vivo, pujante, instigante, transformador, inovador. De certa maneira, esse gabinete da diversidade continua vivo e ajudando a definir, hoje, novas maneiras de pensar e novas formas de viver em uma sociedade que, após 500 anos, está cada vez mais globalizada, ao mesmo tempo em que está mais convicta sobre a necessidade de se fomentar a diversidade e a pluralidade, impedindo que os dois movimentos se tornem incompatíveis.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes; formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549/1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.
- BARRETO, Luiz Felipe. *Os descobrimentos e a Ordem do Saber*. Lisboa: Gradiva, 1987.
- BLIER, Suzanne Preston. *L'Art Royal Africain*. (trad.) Paris: Flammarion, 1998.
- BOULÈGUE, Jean. Relation du port du fleuve Sénégal de João Barbosa, faite par João Baptista Lavanha. *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire*. Dakar Série B, Sciences Humaines n. 3-4 Tome XXIX p.496-511, 1967.
- BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial*. (trad.) 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. *A Índia portuguesa em meados do séc. XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- _____. *O império marítimo português, 1415-1825*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril; cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Histoire des Villes d'Afrique noire; des origines à la colonisation*. Paris: Albim Michel, 1993.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança; a África antes dos portugueses*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- CRISTÓVÃO, Fernando. As frutas brasileiras e a sua significação oculta. In: PIMENTEL, Maria do Rosário. (coord.) *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 283-296.
- DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA*, composto por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Sexta Edição melhorada, e muito accrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858, 2 vol.
- FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro. (edit.) *Brasil Holandês – Volume II – O “Thierbuch” e a “Autobiografia” de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar; cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 27 ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve; ensaio sobre a comida dos mineiros*. Centro de Estudos Mineiros/Imprensa da UFMG, 1966.
- FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Diálogos oceânicos; Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil & História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil 1576*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 1995.
- GUZINSKI, Serge. Lês mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales HSS*. Paris, janvier-février 2001, n. 1, p. 85-117.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Visão do Paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec/Ed. UNICAMP, 2000.
- LISBOA, Frei Cristóvão de. SALVADO, João Paulo & BRANDÃO, José. (edit.) *História dos animais e árvores do Maranhão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- LIVRO DO QUE VIU E OUVIU NO ORIENTE DUARTE BARBOSA*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Nas fronteiras do paladar. *Mais! Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de maio de 2000, p. 4-10.
- PAIVA, Eduardo França. Africanos na América portuguesa, trânsito entre mundos e práticas de anti-globalização. Texto apresentado no *V Coloquio Passeurs Culturels – Las cuatro partes del mundo; passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización em el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Lima, 2002. (no prelo)
- _____. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/ PPGH-UFMG, 2003, p. 187-207.
- _____. *Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- _____. & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/ PPGH-UFMG, 2003.
- PRESTES, Maria Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In: PRIORE, M. D. (org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. Minha terra tem palmeiras ... da Índia! *Nossa História*. Biblioteca Nacional, n. 3, p. 84-87, 2004.
- ROSÁRIO, Frei Antonio do. *Frutas do Brasil numa nova, e assetica Monarchia, consagrada à Santissima Senhora do Rosário, o menor dos Menores da Seráfica Família de S. Antonio do Brasil, & Missionário do dito Estado; mandando-a*

imprimir o Comissário Geral da Cavallaria de Pernambuco Simam Ribeyro Riba.
Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama.* (trad. port.)
Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos
Portugueses, 1998.